

Governo enfrenta protestos na Educação a nove dias do início do ano lectivo

Ensino

Samuel Silva

Docentes protestam no Porto e técnicos especialistas em Lisboa. Alargou prazo para renovar vínculos com técnicos

O Ministério da Educação enfrenta hoje dois protestos, a poucos dias do início do novo ano lectivo, agendado para o dia 8 de Setembro. No Porto, reúnem-se docentes dos Quadros de Zona Pedagógica (QZP) que se dizem prejudicados por uma mudança nas regras do concurso de professores, enquanto em Lisboa se manifestam técnicos especialistas que não viram os seus contratos ser automaticamente renovados.

Os resultados do concurso da mobilidade interna, destinado aos professores com horários-zero e aos docentes dos QZP — que, estando na carreira, podem ser colocados numa das várias escolas existentes na região geográfica a que ficaram afectos — foram divulgados na passada sexta-feira, mais cedo do que é habitual.

No entanto, ao contrário do que vem sendo prática, apenas foram atribuídos os horários completos pedidos pelas escolas. De fora, ficaram os horários incompletos, que serão preenchidos na reserva de recrutamento antes do início do ano lectivo.

Esta solução “nunca foi, sequer, abordada em qualquer reunião no Ministério da Educação” durante a fase de negociação dos concursos de professores deste ano, garante a Fenprof, que já exigiu uma reunião à tutela para discutir o assunto.

A exclusão dos horários incompletos do concurso de mobilidade interna criou situações de “injustiça” e uma onda de “indignação” entre os professores, explica Rosário Gestosa, que faz parte do grupo que organiza o protesto de hoje. Em causa está o facto de, na reserva de recrutamento, na qual serão atribuídos os horários incompletos, haver a possibilidade de professores menos graduados do que os que foram agora colocados ficarem com lugares que lhes permitirão dar aulas mais próximo das suas áreas de residência.

“É uma situação de uma brutalidade incompreensível”, classifica Rosário Gestosa que, nos últimos anos,



ENRIC VIVES-RUBIO

Professores queixam-se de mudança de regras no concurso



É uma situação de uma brutalidade incompreensível

Rosário Gestosa

Professora

se habituou a conduzir três horas diárias até à escola onde dava aulas. Este ano, no entanto, tal não vai ser possível: a escola em que ficou colocada fica a mais de 200 quilómetros da sua residência. Esta professora é também a primeira de oito subscritoras de uma carta enviada anteontem ao Governo e ao Presidente da República denunciando a situação e pedindo a retirada das listas do concurso de mobilidade interna e a sua substituição por listas novas “devidamente corrigidas”.

O protesto de hoje está marcado para as 17h, em frente à Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares no Porto. O Ministério da Educação garante que “a atribuição de horários feita prioritariamente para os horários completos e para os docentes do quadro é uma decorrência da lei” e que as prioridades definidas no diploma que rege o concurso de docentes “foram rigorosamente cumpridas”. Os professores contratados, tal como os docentes do quadro, “são

colocados de acordo com as preferências manifestadas”, acrescenta fonte da tutela, pelo que nenhum docente foi colocado numa escola “que não tenha sido por si indicada como preferência”. Também hoje, mas em Lisboa, manifesta-se um grupo de técnicos especializados das escolas — professores que dão aulas nos cursos profissionais e artísticos, mas também psicólogos, terapeutas da fala e outros que acompanham crianças com necessidades educativas especiais —, contestando a forma como decorreram as renovações de contratos destes trabalhadores.

Um despacho de 11 de Agosto da secretária de Estado Adjunta e da Educação, Alexandra Leitão, autorizava as escolas a renovar vínculos com estes técnicos desde que eles tivessem um horário anual e completo e tivessem sido contratados, no ano lectivo anterior, antes de 15 de Setembro. O processo de renovação dos contratos dos técnicos especializados também motivou protestos da Fenprof, que considerou “ilegal” a aplicação de um mecanismo deste tipo sem que tivessem decorrido negociações com os sindicatos. Segundo a Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores em Funções Públicas e Sociais, esta opção apenas permitiu a renovação dos contratos de 5% dos técnicos. O Ministério da Educação tinha garantido ao PÚBLICO que 60% dos técnicos estava em condições de verem os seus contratos renovados.

samuel.silva@publico.pt

